

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 700 exemplares

Nº 917

GOVERNO DIZ QUE NÃO ACEITA REAJUSTE SEM INDICAÇÃO DE RECEITA

A notícia do dia, veiculada em toda a imprensa, é que o governo não aceitará reajustes para servidores este ano. Não foi bem isso e é preciso ler corretamente as declarações do Ministro do Planejamento. A declaração foi dada em razão de várias greves em andamento em órgãos do Executivo e do Judiciário.

Segundo a Folha de São Paulo, Paulo Bernardo “criticou a votação de projetos pelo Congresso Nacional sem a indicação de receitas correspondente”. O Ministro do Planejamento (guardião do orçamento) teria dito que há uma série de “bondades” sendo preparadas pelo Congresso, como o reajuste do Judiciário e de policiais militares: “Estamos vivendo um verdadeiro surto de aprovação de projetos que evidentemente não têm sustentabilidade do ponto de vista do Orçamento. O Congresso é o beque, é ele que aprova, e não achamos responsável que se vote o volume de projetos que estão sendo preparados sem dizer de onde vem o dinheiro”, afirmou. “Não temos condições de atender. No caso dos setores que entraram em greve, vamos cortar o ponto”, completou.

O Ministro repetiu o óbvio ao afirmar que não se pode aprovar projetos de aplicação imediata, portanto, para serem custeados pelo orçamento deste ano, sem indicar fonte de receita. O impacto para os anos seguintes não importa tecnicamente agora, pois os orçamentos dos anos seguintes ainda não foram aprovados. Sequer chegaram ao Congresso. O

problema é a parte referente ao ano presente cujo orçamento encontra-se em execução e no qual não há previsão expressa para o nosso PCS, por exemplo. Entretanto, este problema tem solução igual a encontrada em todos os PCS anteriores. O próprio Judiciário tem “reservas” no seu orçamento que pode oferecer e temos ainda as suplementações orçamentárias do final de ano que sempre vêm para fechar as contas. Portanto não existe problema técnico que impeça a aprovação do nosso projeto. A questão é política. A aprovação depende da vontade política do governo em fechar um acordo e esta vontade só virá com muita pressão. Por enquanto, a vontade do governo é explícita de negar qualquer reajuste. Ela só vai mudar se a greve se fortalecer e isto depende de cada um de nós. Não cabe agora ficar esperando que outros tribunais ou outros estados façam greve por nós. Cada servidor do Judiciário Federal é responsável pela greve no seu setor. Se todos ficarem empurrando a responsabilidade para os outros, seremos derrotados. Portanto, quem ainda está pensando, decida-se logo e venha para a greve. Quanto mais cedo ela crescer, mais cedo garantiremos a aprovação do PCS.

Sobre a ameaça do Ministro de cortar ponto, ela só pode ser feita ao Executivo. Mesmo assim é uma ameaça vazia pois hoje temos uma lei de greve que regula o direito e nenhum “patrão” pode atropelar a lei, nem o governo. Para isso ainda temos Justiça neste país.

**ASSEMBLEIA SEXTA-FEIRA,
DIA 14, ÀS 17H, NO TRT**

CONFIRA O QUADRO DE GREVE NO PAÍS

Amazonas: Justiça do Trabalho e Eleitoral em greve desde o dia 3 de maio. No dia 7 de maio foi realizado ato público conjunto entre servidores da JE e da Justiça do Trabalho em frente ao Fórum Trabalhista. Zonas eleitorais do interior também aderiram à greve, além das 13 zonas da capital, que já estão paradas.

Mato Grosso: A greve no Mato Grosso teve início no dia 5 de maio, com boa adesão da categoria e está crescendo.

Greve desde o dia 6 de maio

São Paulo: Os servidores da capital, de Santos e de Taubaté iniciaram greve no dia 6 de maio. O quadro da greve na Capital é o seguinte: Fórum Trabalhista Barra Funda [70%], TRF [50%], JF 1ª instância [40%], TRE [paralisação de 1 hora e assembleia dia 10 de maio para deliberar a greve por tempo indeterminado].

Santa Catarina: JT em greve desde o dia 6, movimento cresceu na segunda-feira, 10 com novas adesões no interior e capital, onde a mobilização continua para ampliar. A Justiça Federal entrou em greve segunda, 10, e no TRE a assembleia deliberou pela greve a partir desta terça-feira.

Alagoas: Greve por tempo indeterminado desde o dia 6 de maio, com boa adesão.

Rio Grande do Sul: Greve desde o dia 6 de maio forte na Justiça do Trabalho e ainda parcial (algumas horas por dia) na Federal e Eleitoral.

Maranhão: Servidores da JF, do Fórum Trabalhista e do TRT sede iniciaram no dia 6 de maio, a greve por tempo indeterminado. Na Justiça Federal, apenas os casos considerados emergenciais estão sendo atendidos. Os servidores do TRE deflagraram a greve por tempo indeterminado na segunda-feira, 10 de maio. No MPU [PR e PT], os servidores realizam greve dias 12 e 13 de maio, com avaliação diária.

Rio de Janeiro: Paralisações parciais de duas horas diárias com piquetes e debates com os servidores. O objetivo é reforçar o movimento para os dias 11 e 12 de maio, quando será retomada a greve em tempo integral, por tempo indeterminado. **Greve a partir dos dias 7 e 10 de maio**

Bahia: Servidores do TRE da Bahia entraram em greve por tempo indeterminado a no dia 7 de maio. No TRT da 5ª Região e na Justiça Federal os servidores entraram na

greve nesta segunda-feira, 10 de maio. Servidores da Justiça Federal Militar também realizaram assembleia e aprovaram greve por tempo indeterminado a partir do dia 12 de maio.

Piauí: Em greve por tempo indeterminado desde esta segunda-feira, 10 de maio. A concentração do primeiro dia da greve foi em frente ao prédio do TRE, com uma boa participação dos servidores da JE, da JF e da JT. Na JF o atendimento ao público foi suspenso, mantendo apenas o plantão judiciário para as causas mais urgentes.

Greve a partir do dia 12 de maio

São Paulo TRT de Campinas: Os servidores da JT da 15ª Região iniciam a greve por tempo indeterminado a partir do dia 12 de maio. Assembleia realizada no dia 6 de maio, em Campinas, discutiu quais os serviços essenciais serão mantidos e reafirmou a deflagração da greve a partir do dia 12.

Brasília - DF: Servidores do Judiciário e do MPU no DF entram em greve a partir do dia 12 de maio. Desde a última semana, o sindicato realiza uma série de assembleias setoriais para mobilizar a categoria e construir a greve por tempo indeterminado.

Pernambuco: Os servidores em Pernambuco realizaram uma paralisação de 24 horas no dia 6 de maio. Em assembleia nesse dia, na entrada do TRE, a categoria decidiu entrar na greve por tempo indeterminado a partir do dia 12 de maio.

Paraná: A greve por tempo indeterminado na JT do Paraná começa a partir da quarta-feira, 12 de maio. A decisão foi tomada na assembleia que ocorreu no começo da tarde do dia 5 de maio.

Paraíba: em greve a partir da próxima quarta-feira, 12 de maio. O comando de greve será eleito durante reuniões setoriais, para avaliar cotidianamente a greve.

Rondônia e Acre: JT em greve a partir de 12 de maio. Apenas 30% dos serviços estarão disponíveis à população.

Minas Gerais: A greve em Minas será deflagrada a partir do dia 12 de maio. Esse indicativo foi aprovado no dia 6 de maio, em assembleia geral, realizada em frente ao TRE.

Pará-Amapá: Assembleia ontem, 10 de maio, com ótima participação, deliberou pela greve a partir do dia 14.

Segundo Correio Braziliense, presidente do STF se reúne nesta terça com líderes do Congresso

Matéria publicada no último sábado, 8 de maio, no jornal Correio Braziliense, de grande circulação no Distrito Federal, afirma que o presidente do Supremo Tribunal Federal [STF], ministro Cezar Peluso, “tem encontro marcado para a próxima terça-feira [11] com lideranças do Congresso Nacional para tratar do reajuste dos servidores do Poder Judiciário Federal”. A matéria informa, ainda, que no encontro, o ministro vai pedir agilidade na apreciação do projeto de lei que aumenta em 56% o salário da categoria.

O jornal também confirma a informação já divulgada semana passada de que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral [TSE], ministro Ricardo Lewandowski, se reuniu na última quinta-feira [06] com o presidente da Câmara, Michel Temer [PMDB-SP], para pedir que o PL n.º 6.613 seja votado em regime de urgência.

O conteúdo do texto ressalta o que a Fenajufe já avaliava: o empenho da cúpula do Judiciário Federal é resultado do movimento grevista, que teve início em vários Estados no último dia 6 de maio e que se intensificará com a adesão de vários sindicatos no próximo dia 12. “O engajamento dos mandatários dos tribunais superiores pelo reajuste tem uma razão: a ameaça de greve que ronda o Judiciário e pode atingir até 100 mil funcionários em ano eleitoral em todo país — só no Distrito Federal são 18 mil servidores”, afirma a matéria do Correio Braziliense. “A informação que temos é que os ministros Peluso e Lewandowski têm buscado a negociação. Mas o tempo que usam para fazer essa interlocução é de acordo com a agenda deles, que não corresponde a nossa necessidade urgente”, disse ao jornal o coordenador da Fenajufe e do Sindjus-DF Roberto Policarpo. Segundo ele, se o projeto não for votado até o começo de junho, a reivindicação não será atendida em 2010. “Em ano eleitoral o Congresso praticamente não funciona no segundo semestre”, observou.

Da Fenajufe, com informações do Correio Braziliense